

RECOMENDAÇÃO CNS Nº 017, DE 10 DE SETEMBRO DE 2009.

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Ducentésima Primeira Reunião Ordinária, realizada nos dias 09 e 10 de setembro de 2009, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, e

considerando a organização do processo eleitoral para o fortalecimento do Controle Social do SUS em nível nacional, solicita a Comissão Eleitoral que observe as seguintes recomendações:

1. O item III da Resolução CNS nº 333/ 2003 afirma: “a representação de órgãos ou entidades terá como critério a representatividade, a abrangência e a complementaridade do conjunto de forças sociais, no âmbito de atuação do Conselho de Saúde”. Portanto, a abrangência nacional é um dos critérios necessários para homologação da inscrição de Entidades e Movimentos Sociais, o implica detalhamento do artigo 7º, inciso I, da Resolução CNS nº 424/09. Em que pese não se poder afirmar uma lista única de documentos capazes de comprovar a abrangência Nacional, requisito claramente tratado nos artigos 4º e 5º, do Decreto nº 5.839/2006, tais comprovações devem ser efetivadas com rigor, de acordo com as características do solicitante;

2. A Comissão Eleitoral deve elaborar um modelo de requerimento no qual o solicitante de inscrição para a eleição indique seu segmento como entidade de profissionais de saúde ou de usuários, considerando o artigo 6º, § 2º e artigo 8º da Resolução CNS nº 424/09, com as seguintes classificações de representatividade para o segmento de usuários:

- a)** entidades nacionais de defesa dos portadores de patologias e deficiências;
- b)** confederações nacionais de entidades religiosas;
- c)** centrais sindicais nacionais;
- d)** entidades nacionais de aposentados e pensionistas;
- e)** entidades nacionais de trabalhadores rurais;
- f)** entidades nacionais de associações de moradores e movimentos comunitários;
- g)** entidades nacionais ambientalistas;
- h)** entidades nacionais de defesa dos direitos humanos ou dos direitos do consumidor;
- i)** entidades ou movimentos nacionais da população negra;
- j)** entidades nacionais de organizações indígenas;
- k)** entidades ou movimentos nacionais organizados de mulheres em saúde;
- l)** entidades ou movimentos sociais e populares nacionais organizados;
- m)** entidades ou movimentos nacionais de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros;
- n)** entidades nacionais gerais de estudante.

3. As homologações das inscrições devem ser amplamente divulgadas, garantindo-se o direito do pleno exercício do contraditório, para que não sobrevenham na eleição quaisquer posteriores reclames;

4. Devem ser consideradas as condições de acessibilidade física e sensorial aos participantes da eleição, previstas no Decreto nº 5.296/2004;

5. A organização da eleição deve ser divulgada e detalhada em um documento orientador didático, baseado na Resolução CNS nº 424/09, com destaque para o cronograma eleitoral e critérios para a participação de fiscais.

Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Ducentésima Primeira Reunião Ordinária.